



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SECRETARIA SOLICITANTE: Gabinete

EMAIL: gabinete@camponovodoparecis.mt.gov.br

TELEFONE: 3382-0500

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP: Lucas Kolling

SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº: 114/2026

FONTE DE RECURSO:

(X) RECURSO PRÓPRIO

() CONVÊNIO

1. INTRODUÇÃO

1.1 O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação/aquisição de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. OBJETO DE ESTUDO

2.1 O presente estudo tem por objeto a análise da viabilidade técnica, jurídica e econômica para a contratação de **serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, especificamente a inscrição de 03 (três) servidores públicos municipais — **Lucas Kolling, Priscilla Gimenez Siqueira Gonçalves Olsson e Ana Ligia Martins de Lima** — no "Curso Completo Sobre as Parcerias do Poder Público com o Terceiro Setor: MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014)".

2.2 A definição do objeto pauta-se na necessidade de segregação de funções e especialização técnica dos agentes que atuam na ponta do processo de formalização de convênios e termos de parceria. O objeto não se limita à simples "compra de curso", mas sim à aquisição de conhecimento técnico especializado indispensável para a instrução processual segura no Município de Campo Novo do Parecis.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A atuação dos servidores públicos envolvidos com os fomentos e termos de cooperação técnica com base na Lei 13.019/2014 exige constante atualização e capacitação técnica, tendo em vista as inúmeras alterações legislativas, normativas e orientações emitidas pelos órgãos de controle no que se refere as Parcerias do Poder Público com o Terceiro Setor: MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014);

3.2 O Município de Campo Novo do Parecis realiza rotineiramente parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para a execução de serviços de relevância pública. No entanto, a **Lei nº 13.019/2014 (MROSC)** estabeleceu um regime jurídico complexo e rigoroso, que exige um fluxo procedimental específico de chamamento público, formalização, monitoramento e prestação de contas, distinto das licitações comuns;

3.3 A problemática identificada reside na **necessidade de atualização técnica imediata** dos servidores **Lucas Kolling, Priscilla Gimenez Siqueira Gonçalves Olsson e Ana Ligia Martins**



de Lima. A ausência de domínio especializado sobre as inovações normativas e entendimentos dos Tribunais de Contas gera um cenário de insegurança jurídica, podendo resultar em, Inépcia na elaboração de editais de chamamento, Falhas na fiscalização da execução das metas pelas entidades e Rejeição de contas pela Corte de Contas em virtude de erros formais ou materiais.

3.4 A contratação fundamenta-se no Princípio da Eficiência (Art. 37, CF) e no Princípio da Segregação de Funções. Para que o Município cumpra seu papel fiscalizador, seus agentes devem possuir capacidade técnica superior ou equivalente aos entes parceiros. A indicação nominal dos servidores justifica-se por sua atuação direta na linha de frente dos processos de parceria, onde o conhecimento intelectual especializado é a principal ferramenta de mitigação de riscos de improbidade administrativa.

3.5 Portanto, a participação no curso justifica-se pela necessidade de atualizar e aprimorar os conhecimentos técnicos de servidor responsável por esses processos da prefeitura, trazendo alinhamento às exigências da Lei nº 13.019/2014 e às orientações dos órgãos de controle, para garantir maior segurança jurídica, eficiência administrativa e transparência nos processos de contratação, minimizar riscos de falhas, atrasos ou descumprimento da parceria, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos, fortalecendo a gestão e fiscalização das parcerias celebradas com as associações;

3.6 Com isso entende-se que a contratação da empresa especializada para a oferta do curso completo de Parcerias do Poder Público com o Terceiro Setor: MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014), revela-se medida necessária e de relevante interesse público, pois proporcionará aprimoramento profissional, eficiência administrativa e cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública.

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1 A referida contratação está alinhada ao planejamento das secretarias, conforme o Plano de Contratações Anual 2025 (PCA).

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

São obrigações da Administração Pública:

- 5.1** Emitir ordem de fornecimento e zelar para o bom cumprimento do objeto;
- 5.2** Receber o serviço no prazo e nas condições estabelecidas neste Estudo;
- 5.3** Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;
- 5.4** Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas neste Estudo;
- 5.5** Fiscalizar a execução dos serviços prestados;
- 5.6** Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 5.7** Aplicar as sanções administrativas pertinentes, em caso de inadimplemento;
- 5.8** Caberá ao Município receber o serviço contratado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Estudo.



São obrigações do fornecedor contratado:

5.9 Cumprir rigorosamente os termos do ajuste, ao qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações ou cancelamentos, quer seja nos preços ou nas condições estabelecidas;

5.10 Efetuar o serviço de acordo com o solicitado, bem como das normas constantes no Estudo;

5.11 Comunicar imediatamente e por escrito à Administração Municipal, por meio da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

5.12 Responder legal e financeiramente por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, quaisquer que sejam as rubricas, a elas não se vinculando ao CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo sob o fundamento de solidariedade;

5.13 Será responsável pelo fornecimento dos serviços dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na Lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor ao Município;

5.14 A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal e comercial;

5.15 Refazer os serviços em desacordo com as especificações constantes no pedido, sem ônus a Administração;

5.16 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Campo Novo do Parecis, no tocante ao fornecimento do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Inscrição de 03 (três) servidores do município para o Curso Completo Sobre as Parcerias do Poder Público com o Terceiro Setor - MROSC - Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13.019/2014), com o professor Valtuir Pereira Nunes, que será realizado nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2026 em São Paulo-SP, com certificação para os participantes ao final da capacitação.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANTIDADE
1	9278	TAXA DE INSCRIÇÃO DE CURSO	UN	03

6.1 Segue abaixo a relação dos servidores que participarão do curso:

Nome	Cargo	Matrícula
------	-------	-----------



Lucas Kolling	Assessor Jurídico	414/2024
Priscilla Gimenez Siqueira Gonçalves Olsson	Assessora jurídica	295/2025
Ana Lígia Martins de Lima	Diretora de Parcerias	011/2026

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1 Para esse tipo de capacitação, existem diversas alternativas. A solução apontada para a contratação do serviço em questão surgiu com as seguintes opções:

- a. **Solução 1:** Treinamento e capacitação na modalidade online;
- b. **Solução 2:** Treinamento e capacitação na modalidade in company;
- c. **Solução 3:** Treinamento e capacitação na modalidade presencial.

7.2 Solução 1: Apesar dos cursos online oferecerem acessibilidade e custos reduzidos, podem provocar sentimentos de isolamento e tédio, devido à falta de interação direta e da má qualidade do material didático. Além disso, problemas com conexão à internet e distrações durante a capacitação podem acarretar uma aprendizagem insatisfatória e incompleta além de impossibilitar a troca de experiências e de tirar dúvidas diretamente com os professores. Portanto, considera-se uma opção inviável;

7.3 Solução 2: Trazer um professor para ministrar o curso na Prefeitura oferece expertise especializada e conveniência, mas pode ter custos elevados. Além do mais, a capacitação é voltada para os servidores que atuam em departamentos que lidam diretamente com licitações e contratos administrativos, portanto não se torna viável contratar um profissional para treinamento in company, pois o curso não seria vantajoso para todos os servidores deste órgão;

7.4 Solução 3: As capacitações presenciais permitem interação direta e foco local. Além disso, ter um treinamento presencial evita distrações e permite aos envolvidos compartilhar experiências, possibilitando a comparação com outras pessoas. Da mesma forma, é possível ter vivências práticas e em conjunto com os demais participantes, além do contato direto com o professor, o que facilita a abordagem de assuntos relevantes e esclarecimento de dúvidas, colaborando para uma aprendizagem mais significativa e eficaz. Portanto, considera-se esta uma opção viável devido à vantajosidade e eficiência da solução.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 A solução proposta consiste na contratação da empresa AP ORGANIZACAO PAULISTA EM GESTAO PUBLICA LTDA, instituição com mais de 20 anos de experiência em capacitação de servidores públicos, para a realização do curso completo de Parcerias do Poder Público com o Terceiro Setor: MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014);

8.2 O curso tem como objetivo oferecer formação aprofundada e prática sobre as contratações públicas, contemplando todas as etapas do processo licitatório, desde o planejamento e elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), Termos de Referência e editais, até a execução e fiscalização dos contratos;



8.3 Abordagem teórica e prática sobre o regime jurídico das parcerias, incluindo fase de planejamento (edital), seleção, celebração, execução, monitoramento e a complexa fase de prestação de contas.

8.4 A metodologia aplicada no Treinamento é focado na realidade da gestão pública municipal, visando a padronização de procedimentos internos e a redução de erros em processos de repasse de recursos públicos.

8.5 Fornecimento de material didático atualizado conforme a legislação vigente e emissão de certificados que comprovem a aptidão técnica dos servidores para atuar na área.

8.6 A solução não se esgota na participação dos servidores nas aulas; ela se integra ao fluxo de trabalho do Município de Campo Novo do Parecis ao permitir que os conhecimentos adquiridos sejam replicados internamente e aplicados na revisão dos instrumentos jurídicos (termos de colaboração e fomento). O resultado esperado é o fortalecimento do **Controle Interno** e a garantia de que as parcerias com o terceiro setor guardem estrita observância ao princípio da legalidade e à segurança jurídica.

8.7 Tratando-se de serviço de natureza intelectual e pedagógica, a manutenção da solução ocorre por meio da aplicação prática dos conhecimentos no cotidiano administrativo. A escolha da empresa **AP Organização Paulista em Gestão Pública Ltda** fundamenta-se na singularidade de sua metodologia, que integra a base de dados nacional de investimentos públicos com a legislação do MROSC, garantindo uma solução que une teoria normativa e prática operacional.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

9.1 Não há elementos que justifique a divisão do serviço, haja vista que se trata de uma única contratação.

10. RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO E DO VALOR

10.1 As contratações realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei, obrigação essa advinda do dispositivo constitucional, previsto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual determinou que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações;

10.2 A licitação foi o meio encontrado pela Constituição Federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações;

10.3 O objetivo da licitação, portanto, é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é a regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, tendo em vista a impossibilidade de se estabelecer a concorrência entre licitantes;

10.4 A Lei previu exceções à regra de realização da licitação, através de hipóteses de Dispensas e Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de contratações realizadas sob a regência dos artigos 72 a 75 da Lei nº 14.133/2021;

10.5 O art. 74 da Lei nº 14.133/2021 elencou, em seus incisos, exemplos daquilo que caracteriza inviabilidade de competição, dentre eles, o contido no inciso III, o qual permite a

contratação direta quando se tratar de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, a saber:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

10.6 No caso em tela, a inexigibilidade de licitação é necessária para contratação da empresa AP ORGANIZACAO PAULISTA EM GESTAO PUBLICA LTDA, visando à capacitação dos servidores através do curso completo de Parcerias do Poder Público com o Terceiro Setor: MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014);

10.7 O curso será ministrado pelo professor Valtuir Pereira Nunes, Economista e pós-graduado em Regulação dos Serviços Públicos, pela UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ex-Auditor Público Externo do Tribunal de Contas do Estado do RS, onde atuou por 37 anos, exercendo atividades como Assessor Técnico da Diretoria de Controle e Fiscalização, Chefe de Gabinete do Ministério Público de Contas, Consultor Técnico, Assessor Especial da Presidência e Diretor-Geral do TCE-RS. É consultor, palestrante e instrutor de cursos sobre Gestão Pública, como Dados Abertos Governamentais, Transparência e Controle Social, Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – Terceiro Setor, Governança Pública, Educação Fiscal e Cidadania, Ética e Combate à Corrupção, Acesso à Informação e Jornalismo de Dados, Governança Corporativa e Compliance – Leis das Estatais, Inovação na Gestão Pública, Gestão de Pessoas, entre outros temas;

10.8 Estima-se que o valor final da contratação para 3 participantes com desconto fica em R\$ 10.668,00 (dez mil seiscentos e sessenta e oito reais), o valor inclui almoço, coffee break, Material didático;

10.9 Conforme demonstrado na pesquisa de preços e de acordo com as notas fiscais anexadas a este Estudo, o valor está dentro do praticado no mercado.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1 Com a contratação em tela, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

11.1.1 Aprimoramento técnico por meio de capacitação de profissional envolvido nos processos de licitação e gestão contratual, proporcionando domínio atualizado sobre a Lei nº 14.133/2021 e suas implicações práticas;

11.1.2 Redução de riscos administrativos e jurídicos minimizando falhas na elaboração de ETPs, Termos de Referência, entre outros; assegurando maior conformidade com a legislação vigente e com as orientações dos órgãos de controle;

11.1.3 Eficiência e transparência nas contratações garantindo que os processos licitatórios sejam conduzidos de forma mais célere, eficiente e transparente, resultando em contratações vantajosas para a Administração Pública;



11.1.4 Melhoria na gestão e fiscalização contratual desenvolvendo competências para acompanhamento mais eficaz da execução de contratos de obras, serviços, tecnologia da informação, cessão de mão de obra, entre outros, reduzindo riscos de atrasos, sobre custos e descumprimento de cláusulas contratuais;

11.1.5 Uniformização de procedimentos internos promovendo alinhamento técnico entre os servidores da Secretaria, padronizando práticas de planejamento, contratação e fiscalização, o que fortalece a governança institucional;

11.1.6 Maior segurança jurídica assegurando que as decisões e práticas administrativas estejam fundamentadas na lei e nas melhores orientações técnicas, evitando questionamentos futuros e garantindo respaldo jurídico às ações da gestão;

11.1.7 Otimização do uso dos recursos públicos contribuindo para a economicidade e eficiência das despesas da Secretaria, mediante contratações mais vantajosas e execução adequada dos contratos firmados.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

12.1 Não há registros de realização de cursos dessa modalidade, com essas especificidades pela prefeitura de Campo Novo do Parecis para a Secretaria de Educação.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 Não existem impactos ambientais decorrentes da contratação em tela, visto que se trata apenas da prestação de serviço educacional (capacitação de servidores), sem consumo significativo de recursos naturais, geração de resíduos ou qualquer atividade potencialmente poluidora.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1 Com base nas informações levantadas neste Estudo Técnico, declaramos viável a realização do procedimento licitatório na modalidade **inexigibilidade de licitação**, uma vez que os serviços a serem contratados possuem natureza predominantemente intelectual, exigindo conhecimentos especializados e específicos que somente podem ser providos por profissional ou empresa de **notória especialização**;

14.2 A viabilidade da presente contratação justifica-se pelo fato de que a solução proposta atende diretamente às necessidades do Gabinete do Prefeito e Secretaria de Administração, sendo compatível com os requisitos técnicos e operacionais demandados. Além disso, a contratação está em conformidade com as condições e exigências do mercado, sem restringir a participação de fornecedores. Dessa forma, a modalidade de contratação direta é adequada e justificada, dada a impossibilidade de competição no processo.

Campo Novo do Parecis, 12 de janeiro de 2025.

Lucas Kolling

Responsável pela elaboração do ETP

Edilson Antonio Piaia

Prefeito Municipal



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1863-8282-08F3-E210

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDILSON ANTONIO PIAIA (CPF 390.XXX.XXX-91) em 19/01/2026 07:41:04 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LUCAS KOLLING (CPF 039.XXX.XXX-42) em 19/01/2026 07:41:25 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: AC VALID BRASIL v5 << AC VALID v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Esta versão de verificação foi gerada em 19/01/2026 às 08:41 e assinada digitalmente pela 1Doc para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://camponovodoparecis.1doc.com.br/verificacao/1863-8282-08F3-E210>